



DIOCESES COMO TERRITÓRIOS DE OCUPAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

■ LIDIANE MOTA DE ANDRADE*

RESUMO

O PRESENTE ARTIGO BUSCA ANALISAR SOB O VIÉS DA GEOGRAFIA DA RELIGIÃO AS RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE RELIGIÃO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE. ENFOCARÁ PARA TANTO A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA SOBRE O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO 2000. A ANÁLISE EMPÍRICA QUE SERÁ ESTABELECIDA OBJETIVA TORNAR INTELIGÍVEL A ATUAÇÃO ESPACIAL DA INSTITUIÇÃO SOBRE O ESTADO QUE CORROBORA PARA A EXISTÊNCIA DE SEUS TERRITÓRIOS RELIGIOSOS, AS DIOCESES, QUE SÃO PERMEADOS POR ESTRATÉGIAS PARTICULARES QUE OS LEGITIMAM.

PALAVRAS-CHAVE: RIO GRANDE DO SUL, DIOCESES, TERRITÓRIOS RELIGIOSOS.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estudo geográfico do fenômeno religioso destaca-se dos estudos das demais ciências sociais, a exemplo da sociologia e da antropologia, à medida que temos a compreensão clara dos (re)arranjos espaciais suscitados pelos diferentes agentes modeladores, que como resultado constroem no espaço, de forma lenta e gradual, um processo de assimilação de novas técnicas, novos comportamentos, novas atitudes e novas manifestações e materializações da fé. Rosendahl (1997, p.149) nos alerta para tal fato ao afirmar que,

O geógrafo quando estabelece como objeto central de sua análise a religião, encara-a sob a dimensão espacial. E para realizar sua pesquisa reconstrói teoricamente o papel do sagrado na recriação do espaço, reconhecendo o sagrado não como simples aspecto da paisagem, mas como elemento de produção do espaço.

Em *Human Territoriality: its Theory and History*, Robert Sack dedica um capítulo à análise da formação de uma territorialidade pré-moderna dentro de uma organização complexa – a Igreja Católica. Em sua abordagem a apresenta como responsável por um dos mais marcantes e complexos exemplos da atuação territorial de uma instituição, afirmando que a mesma contribuiu para a elaboração de um sistema territorial hierárquico próprio que tende a influenciar mutuamente

os objetivos da instituição e as práticas adotadas pela mesma.

A Instituição Católica Apostólica Romana pode ser entendida como uma instituição religiosa, política e cultural, que a partir de suas atuações sobre o espaço geográfico tende simultaneamente à legitimação de seus *territórios religiosos* e ao fortalecimento de suas *territorialidades religiosas*, apresentando uma organização que lhe é peculiar.

O recorte temático e espacial da pesquisa privilegiou a análise em escala de Unidade da Federação – o Estado do Rio Grande do Sul. Do mesmo modo, possibilitou evidenciar os territórios religiosos pertinentes à escala adotada, isto é, o nível hierárquico das dioceses.

No interesse em descortinar as lógicas territoriais adotadas pela Igreja Católica no referido Estado, torna-se latente que a criação dos mesmos, as dioceses, estão sobremaneira relacionados aos processos de difusão e materialização da fé e à constituição de redes religiosas e de redes diocesanas que podem ser vistas como uma tentativa de compatibilizar a dimensão organizacional, espacial e temporal da instituição aos diversos contextos vivenciados pelo Estado, a exemplo, os processos de povoamento, de evolução urbana e as estratégias adotadas pela Igreja com objetivo de aumentar sua área de influência e, por conseguinte, seu poder.

Comungamos com Azevedo (1952), que em sua viagem ao Rio Grande do Sul, apresenta suas *notas prévias*:

Da rápida visita que fizemos ao Rio Grande do Sul, trouxemos a convicção de que aquele estado representa um admirável laboratório para a pesquisa geográfica, tantos são os contrastes de suas paisagens naturais ou humanizadas, tais são os problemas que estão à espera de solução.
(p.64)

Espera-se que este artigo descortine um destes problemas que estão à espera de solução.

O ESTABELECIMENTO DOS TEMPOS DE DIFUSÃO

Como forma de otimizar a pesquisa, propõe-se o estabelecimento de um recorte temporal que tem seu início em 1848, com a criação do centro de difusão inicial, a Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, atual Arquidiocese de Porto Alegre.

A partir deste momento inicial são criados outros cinco tempos de difusão que correspondem: (T1) à criação de dioceses no ano de 1910, (T2) às dioceses criadas em 1934, (T3) às criadas entre os anos de 1951 e 1961, (T4) às dioceses criadas entre 1971 e 1980, e (T5) às dioceses criadas entre 1991 e 1999. Estes tempos de difusão foram pensados com a intenção de tornar inteligível a lógica da difusão da Igreja Católica no estado do Rio Grande do Sul, traçando suas redes a partir de uma periodização preestabelecida pela pesquisadora.

Em princípio, consideraremos a criação da Arquidiocese de Porto Alegre, em 1910. Localizada na sede metropolitana do estado, surge da elevação da então Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, anteriormente desmembrada, em 1848, da então Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, localizada na cidade do Rio de Janeiro.

Juntamente à Arquidiocese de Porto Alegre são criadas: a Diocese de Pelotas, resultado do desmembramento da então Diocese de Porto Alegre; a Diocese de Santa Maria, fragmentada da então Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul; e a Diocese de

Uruguaiana, resultado do desmembramento da Arquidiocese de Porto Alegre.

Em 1934, são criadas a Diocese de Caxias do Sul e a Prelazia de Vacaria, ambas originadas a partir da Arquidiocese de Porto Alegre.

No ano de 1951, a Diocese de Santa Maria sofre uma fragmentação, originando a Diocese de Passo Fundo. Na mesma década, em 1957, surge a Diocese de Vacaria, resultado da elevação da então Prelazia de Vacaria. Em 1959, a Arquidiocese de Porto Alegre origina a Diocese de Santa Cruz do Sul.

Em 1960 é criada a Diocese de Bagé, a partir do desmembramento das Dioceses de Pelotas e Uruguaiana. Em 1961 surgem mais duas dioceses: a de Frederico Westphalen e a de Santo Ângelo. A primeira é resultado da fragmentação das dioceses de Passo Fundo e de Santa Maria, a segunda é originada do desmembramento da Diocese de Uruguaiana.

No ano de 1971 surgem mais três dioceses: Cruz Alta, desmembrada da Diocese de Santa Maria; Erechim, resultado da fragmentação da Diocese de Passo Fundo; e a Diocese de Rio Grande, que advém da Diocese de Pelotas.

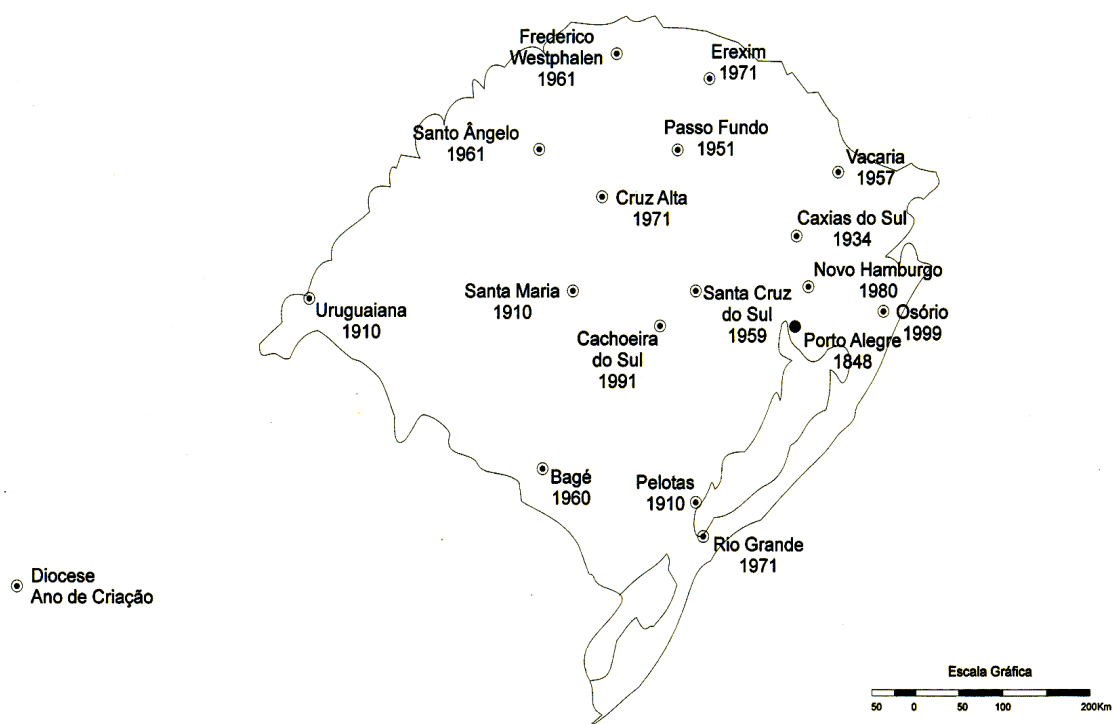
Em 1980 é criada a Diocese de Novo Hamburgo, originada a partir da Arquidiocese de Porto Alegre.

A década de 1990 marca a criação das duas últimas dioceses. A Diocese de Cachoeira do Sul, em 1991, como desmembramento da Diocese de Santa Maria. E a Diocese de Osório, em 1999, criada pelo desmembramento da Arquidiocese de Porto Alegre e da Diocese de Caxias do Sul.

É importante salientar que tais desmembramentos e fragmentações ocorrem no bojo de uma nova organização territorial e, também, como resultado da necessidade de regular e administrar melhor as áreas onde são estabelecidos os territórios católicos.

Para melhor compreensão do que foi apresentado, elaboramos o mapa 1 “Distribuição das Dioceses segundo o Ano de Criação”, onde é possível reconhecer as dioceses e suas localizações. Em seguida, com o mesmo intuito, apresentamos o quadro 1 “Dioceses: Histórico e Origem”.

MAPA 1 - DIOCESES



QUADRO 1 - DIOCESES: HISTÓRICO E ORIGEM

Dioceses	Origem	Histórico
Bagé	Pelotas e Uruguaiana	1960
Cachoeira do Sul	Santa Maria	1991
Caxias do Sul	Porto Alegre	1934
Cruz Alta	Santa Maria	1971
Erechim	Passo Fundo	1971
Frederico Westphalen	Passo Fundo e Santa Maria	1961
Novo Hamburgo	Porto Alegre	1980
Osório	Porto Alegre e Caxias do Sul	1999
Passo Fundo	Santa Maria	1951
Pelotas	Porto Alegre	1910
Arquidiocese de Porto Alegre	Rio de Janeiro	1848
Rio Grande	Pelotas	1971
Santa Cruz do Sul	Porto Alegre	1959
Santa Maria	Porto Alegre	1910
Santo Ângelo	Uruguaiana	1961
Uruguaiana	Porto Alegre	1910
Vacaria	Porto Alegre	1934 * 1957**

* criação da Prelazia; ** elevação à Diocese

Analisar o histórico da evolução e criação destas dioceses dispostas no estado do Rio Grande do Sul nos faz atentar para o fato de que a atuação na constituição destas unidades de *poder* é muito recente, datando, em sua maioria, de meados do século XX. Tais constatações suscitam várias questões: Por que a difusão do catolicismo no estado do Rio Grande do Sul, via introdução de dioceses ou prelazias, *não* foi preocupação inicial da Instituição Católica? E quais os fatores responsáveis pela inserção de dioceses em determinados espaços?

A DICOTOMIA NORTE E SUL: AS BASES PARA O ENTENDIMENTO DA FORMAÇÃO DA REDE DIOCESANA GAÚCHA

Influenciados por Bernardes (1997), Heidrich (2002), Verdum (2004) e outros buscaremos analisar os processos de fixação das fronteiras meridionais do Brasil, diretamente vinculados à formação da territorialidade da estância pastoril, e posteriormente, analisaremos os processos de formação da territorialidade dos pequenos agricultores imigrantes que auxiliaram a ocupação das áreas remanescentes do estado. Analisa-se de que forma estas duas estruturas sociais e produtivas diferem entre si e em que medida se aproximam.

Em relação à estrutura riograndense, constata-se a existência de dois espaços qualitativamente diferentes expressos pela formação de estruturas econômicas e sociais distintas. Enfatiza-se que tal organização foi resultado dos processos de ocupação que primeiro priorizou as áreas de campo, a partir da ocupação luso-brasileira e açoriana, via estabelecimento de estâncias e da triticultura, e que depois seguiu em direção às áreas de matas, onde a ocupação foi legitimada através da atuação de imigrantes europeus que se dedicavam, quase

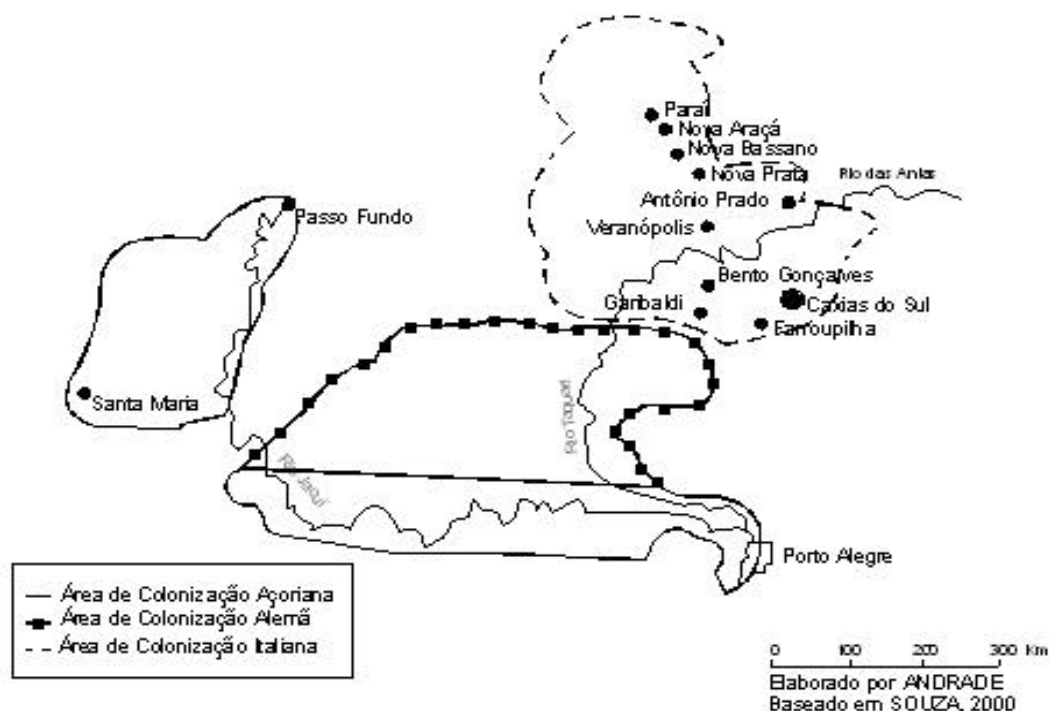
exclusivamente, à atividade agrícola (Bernardes, 1997; Heidrich, 2002).

O entendimento da desigual atuação destes agentes no território gaúcho (Mapa 2: Núcleos de Colonização Açoriana, Alemã e Italiana) torna-se singular, pois é a partir dele que podemos entender a dinâmica da formação e da transformação territorial do estado do Rio Grande do Sul e, a partir deste momento, entender a expansão de sua rede de dioceses.

Fazendeiros e colonos são, portanto, os atores principais desta análise. Segundo Bernardes, “os modos de ocupação, os gêneros de vida (...) subordinam-se sobretudo às possibilidades de aproveitamento imediato que a natureza das terras oferecia” (1997, p.82). Deste modo, buscaremos, desde o início, desmistificar a idéia determinista de que a influência da vegetação ou do clima, por si só, foram os únicos fatores responsáveis pela ocupação destas diferentes correntes.

Assim, primeiramente serão lançadas as bases para o entendimento das territorialidades pastoris, e, em um segundo momento, a análise priorizará as territorialidades agrícolas. Tal metodologia será seguida para facilitar o entendimento da dicotomia existente entre as áreas de campos e de matas, que formam organizações sociais permeadas por grandes antagonismos. Em princípio, o interesse do colonizador privilegiou as áreas de campos que eram anteriormente ocupadas pelas missões jesuíticas. A riqueza proveniente das vacarias contribuiu para o crescimento e desenvolvimento das reduções, fato que atraiu as expedições bandeirantes que visavam ao gado oriundo delas. Foi iniciada, desta forma, a ocupação oficial do Rio Grande do Sul, como consequência da expansão da atuação destes agentes povoadores sobre as áreas de campos.

MAPA 2: NÚCLEOS DE COLONIZAÇÃO AÇORIANA, ALEMÃ E ITALIANA



Bernardes (1997, p.84) apresenta a base da estrutura espacial da porção sul do estado:

Na vastidão daqueles campos, o espaço não se avalia em função de habitantes que pode conter e sustentar. Não se diz, como na zona agrícola: tantos hectares podem sustentar uma família de tantas pessoas. As áreas são referidas, antes de mais nada, tendo em vista sua possível lotação de cabeças de gado bovino, ovino ou eqüino.

Tal observação vem confirmar o caráter da ocupação das áreas de campos do Rio Grande do Sul baseada na atividade pastoril, onde a ocupação do domínio foi efetivada a partir da constituição de estâncias extremamente dispersas umas das outras.

Em princípio, a busca pelo Rio Grande foi resultado, como já citado, do interesse pelo gado das vacarias jesuíticas, depois imbuído pelo ideal de defesa do território da porção meridional do Brasil, que foi legitimado pelos tratados assinados entre Portugal e

Espanha. Tem-se a ação sobre o território via constituição de fortificações em seus pontos estratégicos. Logo após, a ocupação da área da campanha foi sendo efetivada via estabelecimento de estâncias, por oficiais e soldados oriundos das fortificações, moradores do litoral, formadores dos primeiros núcleos de povoamento, e migrantes oriundos de São Paulo e Santa Catarina, que viam no Rio Grande, e em suas áreas de campanha, boa opção econômica.

Assim, a função urbana inicial desempenhada por estes núcleos urbanos é atuar como pontos de defesa avançados e centros políticos. Rio Grande, enquanto capital da província, desempenhou muito bem esta função, à medida que exercia sua preponderância e capitalidade sobre as demais áreas pastoris e abrigava a elite pastoril em ascensão, que controlava o poder político e econômico da época.

Deste modo, as grandes propriedades foram, desde o início da ocupação, a base da organização territorial da área da campanha, fundamentada em uma pecuária de cunho extensivo, em que há a necessidade de poucos trabalhadores permanentes, em sua maioria peões e escravos, influenciou os dados de população, que em sua essência, constituem-se como extremamente rarefeitos (Bernardes, 1997).

É pertinente ressaltar que o padrão dispersivo da população, ao longo de grandes propriedades, influencia o surgimento de municípios com áreas muito superiores aos dos municípios das áreas agrícolas.

Em relação às áreas de ocupação alemã e italiana, conhecidas como *áreas coloniais*, pode-se tecer algumas considerações acerca da organização territorial e social deste grupo étnico e sua respectiva atuação. A expressão *área colonial*, utilizada por Valverde (1957), Singer (1969), Bernardes (1997) e Heidrich (2003), relaciona-se à área de colonização européia desempenhada por imigrantes europeus de origem alemã, italiana e de outras etnias, que foi fundamental para a consolidação da ocupação do Rio Grande do Sul no decorrer do século XIX e início do século XX.

Em contraposição à atuação sobre os campos, a área de colonização imigrante varia espacialmente em relação à área da campanha, ou seja, está contígua às zonas florestais. Inicia-se a ocupação destes territórios, antes desprezados pelos elementos luso-brasileiros e açorianos, a partir de estratégias pensadas por instituições públicas e, mais tarde, privadas que inserem novas correntes povoadoras sobre as áreas de matas.

Bernardes (1997, p.89) aponta que “os imigrantes não procuraram as zonas de campo em que o solo fosse mais apropriado ao cultivo, limitaram-se a seguir o caminho apontado, pois terras à sua disposição somente existiam em zonas de mata”.

Em sua gênese, a territorialidade agrícola foi criada e desenvolvida de forma totalmente distinta da territorialidade pastoril. Desta forma, criou-se uma sociedade baseada na produção agrícola diversificada, que utilizava mão-de-obra familiar:

Enquanto a região dos campos tinha sua mão-de-obra baseada nos peões escravos,

mantendo a estrutura social rígida e hierarquizada, a outra tinha elementos da família, principalmente, sua força de trabalho, organizando uma sociedade mais igualitária. (Souza, 2000, p.44)

A área colonial passou a desenvolver uma série de condições que favoreceram seu crescimento em relação ao todo gaúcho e que posteriormente influenciaram seu processo de industrialização. A constituição da rede ferroviária e, posteriormente, a formação da rede rodoviária, os aumentos do excedente de produção e dos mercados consumidores foram alguns dos fatores primordiais à definição das áreas coloniais como centros comerciais e fundamentais para a industrialização da porção norte do estado, adjacente às áreas florestais (Singer, 1969).

Cabe ressaltar que as limitações territoriais impostas à constituição das propriedades em áreas coloniais influenciaram diretamente as densidades demográficas destas áreas. Desta forma, se nas áreas de campos, com predomínio da pecuária extensiva, caracterizada pelo pouco uso de mão-de-obra, as propriedades alcançavam inicialmente até 13.000 ha, nas áreas de matas, com o predomínio da agricultura familiar, com o uso de numerosa mão-de-obra, as propriedades inicialmente compreendiam no máximo 55 ha. Assim, a densa expansão da ocupação da porção norte do território gaúcho influenciou o surgimento de novos núcleos urbanos, que posteriormente, a partir dos desmembramentos, originaram novos municípios.

Uma vez tecidas estas breves considerações em relação à ocupação das áreas de campos e de matas, torna-se necessário enfatizar, concomitantemente, as particularidades de cada região, que, em sua gênese, origina espaços qualitativamente diferentes.

Desta forma, o primeiro foco de análise primará pelo entendimento da diversidade econômica desempenhada pela oposição entre a economia pastoril e a economia agrícola. Esta distinção econômica e funcional marcava a

oposição entre a economia pastoril - reproduzida sob a lógica da preservação da grande propriedade territorial, de produção

em moldes extensivos e de crescimento condicionado ao incremento de redes – e a economia agrícola – baseada num ciclo reprodutivo caracterizado pela sucessão da produção de subsistência, comercialização de excedentes e especialização microrregional. (Heidrich, 2002, p.64)

É interessante ressaltar que a atividade pastoril contribui para a limitação da atividade econômica urbana, seja nas funções desempenhadas pelos municípios ou nas taxas de população, que em comparação com as áreas agrícolas são por demais inferiores. Em comparação, apresentamos as áreas permeadas pela atividade agrícola que, auxiliada, pelas pequenas propriedades policultoras, pelo aumento da importância comercial, pela intensa divisão social do trabalho e, além disso, pelo advento da industrialização, contribuem para uma intensa organização e crescimento urbano da área colonial.

Desta forma, regiões com características funcionais tão distintas possuem centros polarizadores próprios. Recorre-se a Rio Grande e Porto Alegre, sendo o primeiro o centralizador das atividades pastoris e o segundo polarizador das atividades agrícolas.

A partir da análise do histórico do Rio Grande do Sul, entende-se que em um primeiro momento o foco de atenção foi a área pastoril, pautada por uma estratégia de defesa e ocupação, mesmo que rarefeita, do território. Rio Grande surge como o centro polarizador, político e econômico, da área saladeria. Após a Revolução Farroupilha, que resultou na transferência da capital da província para Porto Alegre, e a intensificação da ocupação das áreas florestais, surge um novo centro polarizador, Porto Alegre.

Estes dois centros contribuíram para o surgimento de duas redes urbanas distintas: a primeira, influenciada pelas práticas pastoris, e a segunda, representada pelas atividades agrícolas.

Sua gênese e evolução variaram temporalmente, “entre 1820 e 1858 Porto Alegre vegeta, enquanto a principal atividade comercial da província se desloca para o sul” (Singer, 1969, p.161). Em inícios do século XX, “Porto alegre e seu *hinterland* agrícola apresentam

acentuado progresso econômico, apresenta-se a economia criatória do sul em relativa estagnação” (Singer, 1969, p.162). Tal fato passa a remarcar a preponderância econômica, política e urbana da zona serrana em relação à zona pastoril. Tudo isso “significa a passagem da hegemonia econômica do sul para o norte, do latifúndio para a pequena propriedade, da pecuária para a lavoura” (Singer, 1969, p.164).

Outro dado relevante que deve ser considerado tange aos processos de divisão municipal. É perceptível, a partir da análise da evolução urbana, que a ocupação da área serrana ocorreu de forma muito mais intensa do que a área da campanha. O crescimento populacional e o surgimento de novos núcleos urbanos, resultado da ocupação planejada, foram fundamentais para o avanço das áreas coloniais e para a expansão da malha urbana, via criação de municípios. Em relação às áreas pastoris, que desde sua gênese baseavam-se na estrutura da grande propriedade, tais desmembramentos não foram estimulados, os municípios mantiveram características semelhantes às propriedades pastoris, ou seja, as grandes áreas territoriais.

Assim, aproximamos a rede urbana à rede de dioceses do estado e como resultado, podemos estabelecer alguns paralelos:

- É marcante a atuação da Igreja Católica, via criação de dioceses, primeiro sobre as áreas dos campos. Tal ação assemelha-se à evolução urbana do estado, que, inicialmente, prima pelas áreas de campos, ou seja, áreas sob influência da atividade pastoril. Posteriormente, o avanço no estabelecimento de colônias, principalmente alemãs e italianas, contribui sobremaneira para o desenvolvimento comercial e industrial do norte do estado, que junto a Porto Alegre passam a polarizar economicamente o espaço gaúcho, eclipsando a área tipicamente pastoril. A Instituição Católica desloca, a partir deste momento, o foco de atenção para a porção norte, carente de edifícios e profissionais da fé que regulassem as práticas religiosas.
- Semelhante à rede urbana do estado, no que tange aos números de municípios por área estudada, norte e sul, o número de dioceses é numericamente superior na porção norte, e cada sede de bispado é

responsável por um número superior de municípios em relação à sede de diocese. Cabe destacar que as áreas médias adjacentes aos municípios da porção norte são, em comparação com os da porção sul, absolutamente inferiores, como resultado da fragmentação dos núcleos urbanos criados em consequência da expansão da ocupação colonial. Assim, em relação à porção sul, dada sua característica extensiva, as áreas pertencentes às mesmas são numericamente superiores aos dos municípios da porção norte, o que justifica a existência de um número menor de municípios e, portanto, um número menor de dioceses. Isto ocorre porque há uma harmonia entre a rede urbana e a rede de dioceses.

- A partir da literatura pesquisada, algumas reflexões geográficas são destacadas. Os territórios religiosos no Rio Grande do Sul abrangem, na maioria das vezes, mais de um município. Os resultados atuais derivam do interesse em apresentar, em nosso objeto de estudo, uma evidência da gestão da fé católica no espaço gaúcho. A organização espacial da Igreja Católica no espaço representa contextos sócio-espaciais distintos.

Convém neste momento ressaltar que uma sede de bispado reflete alguns critérios estratégicos. Deste modo, cita-se o número populacional mais elevado, o espaço mais fragmentado (resultado da divisão municipal) e a estrutura mais dinâmica como fatores determinantes para a superioridade numérica das dioceses localizadas na porção norte do estado em relação a porção sul no que tange à criação de dioceses.

Influenciados por Rosendahl e Corrêa, apreendemos que a Igreja Católica, no início do processo evangelizador da América Portuguesa, acompanhou as práticas desempenhadas pelo governo colonial. Desta forma, “o episcopado brasileiro durante o período colonial teve fortes limitações”, contribuindo para a escassez de dioceses e de bispos em áreas extremamente amplas, para o lento e esporádico processo de criação de dioceses e para as longas vacâncias entre um bispo e outro na gestão da diocese (Rosendahl e Corrêa, 2003). A atuação católica, neste momento, permeava áreas estratégicas ao processo de

ocupação territorial, delegando às demais “amplos territórios vazios ou superficialmente administrados por profissionais da religião” (Rosendahl e Corrêa, 2003, p.1). O marco temporal foi o ano de 1848, que representou a fragmentação da diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro e a criação da diocese de Porto Alegre.

A partir deste momento, torna-se interessante analisar as particularidades intrínsecas ao estado, que contribuíram para a configuração da rede de dioceses atual. Em relação ao processo de ocupação do estado, Bernardes (1997, p.53) nos aponta:

O Rio Grande do Sul foi, pode-se dizer, a derradeira parte do Brasil a ser povoada. Não deixa de ser significativo o fato de que, ao findar a quarta década do século XVIII, quando em todas as regiões que futuramente se constituiriam os estados da federação já germinavam as ‘células mater’ do povoamento, o território rio-grandense era ainda vasta terra de ninguém.

Tal consideração vem destacar a tardia ocupação do território gaúcho. Em um primeiro momento, sublinhamos a atuação dos jesuítas, que se fixaram à área desde o século XVII, e que contribuíram para a constituição das bases do povoamento do estado. A formação de suas reduções jesuíticas remarca a importância pioneira dos mesmos enquanto colaboradores de uma organização espacial, que foi oficializada e estabelecida formalmente a partir da atuação dos agentes luso-brasileiros e açorianos em um tempo posterior.

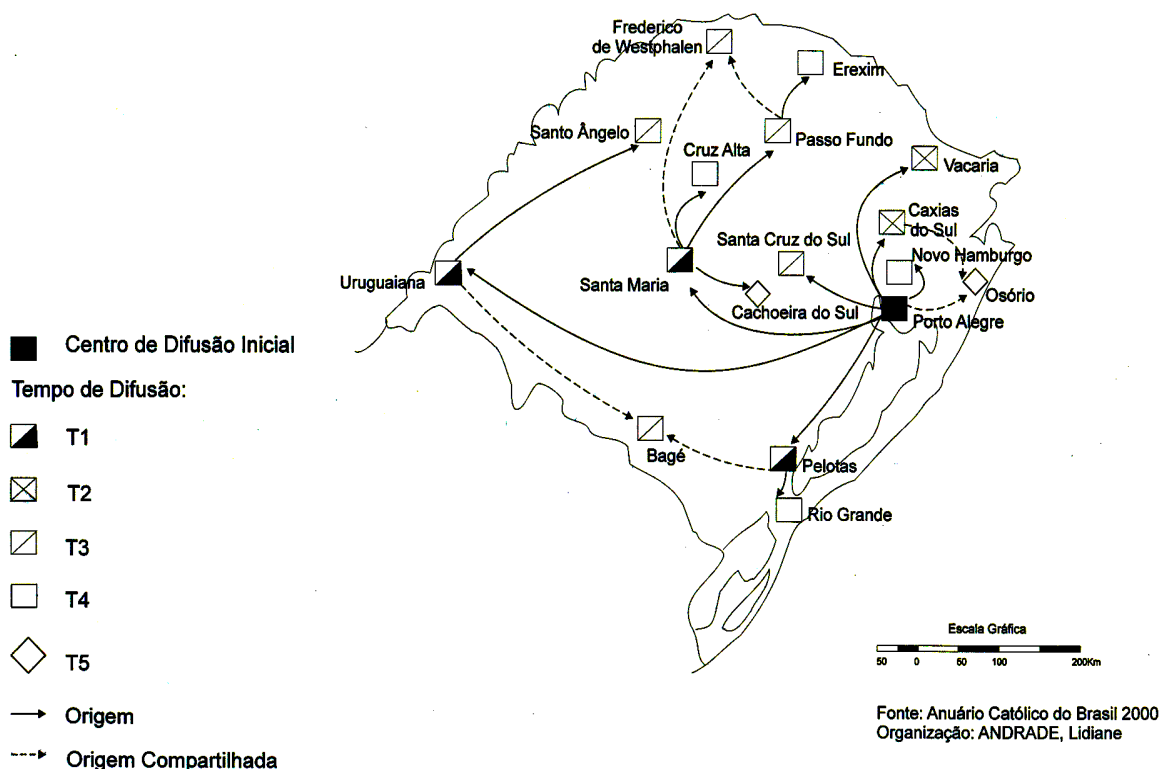
Cabe ressaltar que mesmo que a campanha missionária não tenha tido uma ação direta na constituição de dioceses, fato que só ocorrerá dois séculos depois de sua atuação, em sua função evangelizadora, foi fundamental para a demarcação de seus territórios religiosos que, mais à frente, por vezes, serviram de base material e simbólica para a organização espacial do estado e, conseqüentemente, para a formação de dioceses.

A partir deste momento, no que tange à ocupação do estado, apresenta-se, cronologicamente, a atuação prioritária das correntes de povoamento açoriana,

alemã e italiana e a relação que pode ser estabelecida entre as mesmas e o processo de constituição e difusão das dioceses do estado do Rio Grande do Sul. A ilustração que segue (Mapa 3 – Origem e Difusão: Arquidiocese e

Diocese no Rio Grande do Sul) nos apresenta de forma resumida a atuação da Igreja Católica a partir de seus processos de difusão.

MAPA 3 – ORIGEM E DIFUSÃO: ARQUIDIOCESE E DIOCESE NO RIO GRANDE DO SUL



Assim, inicia-se o recorte temporal proposto pela pesquisa que data da criação da Diocese de Porto Alegre, em 1848, e segue até o último processo de desmembramento responsável pela criação da Diocese de Osório, em 1999.

A atuação da Igreja Católica em seu processo de constituição de dioceses no estado do Rio Grande do Sul privilegiou, em um primeiro momento, a formação de territórios religiosos contíguos às áreas de campo. Desta forma, as primeiras dioceses contemplavam as áreas pioneiras do processo de ocupação e, além disso, privilegiavam os municípios mais dinâmicos do território gaúcho, ou seja, as áreas que naquele momento, como resultado direto ou indireto da economia estancieira, abrigavam a elite política e econômica da época. Assim, são elencados os desmembramentos sofridos por Porto

Alegre que em seu primeiro tempo de difusão – T1 – originou as dioceses de Pelotas, Santa Maria e Uruguaiiana e, mais tardiamente, em um segundo tempo de difusão – T2 –, originou as dioceses de Vacaria e de Caxias do Sul. Cabe ressaltar que esta localiza-se em uma área de ocupação tipicamente colonial, porém, sua função centralizadora e sua demanda de fiéis contribuíram para a criação precoce de uma diocese em seus limites territoriais.

As dioceses criadas no primeiro e segundo tempo de difusão – T1 e T2 – enfatizam que estes primeiros desmembramentos ocorrem como resultado direto da fragmentação da diocese primaz de Porto Alegre. Os próximos desmembramentos, em sua maioria, remarcam as fragmentações ocorridas nestas dioceses de origem secundária.

Em relação aos tempos de difusão subseqüentes, destacamos a atuação mista da Igreja Católica sobre o todo gaúcho, ou seja, a instituição privilegiou as áreas coloniais e as demais áreas características das áreas de campos. A exemplo, apresentamos as dioceses de *Santa Cruz do Sul – T3 –*, *Santo Ângelo – T3 –*, *Frederico de Westphalen – T3 –* e, mais tardiamente, *Novo Hamburgo – T4 –*, em áreas de típica colonização alemã, *Passo Fundo – T3 –* e *Bagé – T3 –*, que representam tipicamente as áreas dos campos do norte e do sul.

Uma vez que a ocupação do estado se apresentava consolidada e as dioceses estabelecidas não conseguiam suprir as necessidades de seus *hinterlands*, tornou-se cada vez mais necessário que a Instituição Católica, no intuito de conciliar a demanda de fiéis às estruturas e aos edifícios da Igreja Católica, apoiasse a criação de novas dioceses para uma melhor administração de seus territórios religiosos. Neste bojo são criadas as mais recentes dioceses do estado – *Cruz Alta – T4 –*, *Erechim – T4 –*, *Rio Grande – T5 –*, *Cachoeira do Sul – T5 –* e *Osório – T5 –*.

As análises empíricas apontam que a ação católica sobre o estado do Rio Grande do Sul, no que tange a seu processo de difusão de dioceses, foi permeada por ações seletivas. Assim, a escolha dos municípios que abrigariam as sedes de dioceses respondem a critérios estratégicos, representando as áreas que desempenham uma centralidade, neste caso religiosa, sobre seu entorno.

Aproximando a organização territorial da rede de dioceses gaúcha à organização territorial do Rio Grande do Sul e traçando uma linha divisória entre os municípios ao norte, área tipicamente colonial, e ao sul, área de economia estancieira, é perceptível que as áreas ao norte possuem um número maior de dioceses que as áreas do sul. Tal fato reflete o predomínio, ao sul, das maiores áreas municipais e, portanto, numericamente uma menor quantidade de municípios, e a predominância ao norte de áreas municipais inferiores, resultado dos processos de emancipação, que contribuem para um número superior de municípios.

PARA NÃO CONCLUIR ...

Enfatiza-se, desta maneira, o papel da Instituição Católica enquanto criadora de territórios e legitimadora dos mesmos, via estabelecimento de territorialidades. Assim, a mesma desenvolve um processo de difusão particular que corrobora para a manutenção de sua rede de dioceses.

A análise territorial da atuação da Igreja Católica no estado do Rio Grande do Sul não se esgota aqui, outros trabalhos poderão ser realizados, influenciados por uma contínua elucidação de possíveis e futuras fragmentações das dioceses citadas. Em relação aos processos de desmembramento, Rosendahl (2003) remarca que o contexto político-social tende a se alterar, resultando em novas estratégias religiosas que se adaptarão às novas exigências, isto é, à demanda religiosa.

* MESTRANDA EM GEOGRAFIA PELA UERJ SOB A ORIENTAÇÃO DA PROF^ª. DR^ª. ZENY ROSENDAHL; GRADUADA EM GEOGRAFIA PELA UERJ; BOLSISTA DO NEPEC DE 2003 A 2006.
E-MAIL: andrade.lidiane@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Aroldo. Paisagens do Rio Grande do Sul (Impressões de Viagem). In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.12, pp. 47-64. out. 1952.
- BERNARDES, Nilo. *Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Unijuí, 1997, 147 pp.
- CERIS. *Anuário Católico do Brasil 2000*. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. 2000.
- CORRÊA, R.L. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. *Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro*, v. 54, n. 3, 115-122. jul./set.1992.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. O Regionalismo Político e as Reestruturas Territoriais no Rio Grande do Sul. In: *Encontro Estadual de Geografia: As múltiplas Concepções da Questão Regional no Rio Grande do Sul, XXII.*, 2002, Rio Grande. Rio Grande: FURG, 2003. p. 59-79.
- ROSENDAHL, Z. O Sagrado e o Espaço. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 367p. pp. 119-154
- _____. Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise. In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 224p. pp. 187-226.
- ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R.L. A Territorialidade da Igreja Católica no Brasil. 1800 e 1930. Rio de Janeiro: TEXTOS NEPEC. NEPEC, Departamento de Geografia., nº 1, 2003. 25p.

SACK, R. D. *Human Territoriality. Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986

SINGER, Paul Israel. Porto Alegre. In: *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: Análise da Evolução Econômica de São Paulo, Blumenau, Porto alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo. Editora Nacional e Editora da USP, 1969. pp. 141-186.

SOUZA. Célia Ferraz. *Contrastes Regionais e Formações Urbanas*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000. p. 94.

VALVERDE, Orlando. *Planalto Meridional do Brasil*. União Geográfica Internacional. Ed. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1957. 340p.

VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto e SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Rio Grande do Sul: Paisagens e Territórios em Transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 319

ABSTRACT

THE PAPER AIM TO ANALYZE INFLUENCED BY THE GEOGRAPHY OF RELIGION THE RELATION BETWEEN RELIGION, TERRITORY AND TERRITORIALITY. HIGHLIGHTS THE CATHOLIC APOSTOLIC ROMAN'S PERFORMANCE IN THE RIO GRANDE DO SUL DISTRICT, 2000. THE EMPIRICAL ANALYZE AIM TO TURN UNDERSTANDABLE THE SPATIAL ACTUATION OF THE INSTITUTION THAT CONTRIBUTES TO THE EXISTENCE OF RELIGIOUS TERRITORIES, DIOCESES, WHICH IS PERMEATED BY PARTICULAR STRATEGIES.

KEY-WORDS: RIO GRANDE DO SUL DISTRICT, DIOCESES, RELIGIOUS TERRITORIES.